

## **IMPACTOS DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL DE EGRESSOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: NOVOS OLHARES EM CONTEXTOS EMERGENTES**

Wane Elayne Soares Eulálio<sup>1</sup>  
Carlos César Pereira de Almeida Filho<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A extensão universitária é o pivô essencial para a articulação entre o ensino e a pesquisa no processo de aproximação entre a universidade e a sociedade, pois é responsável por estabelecer um cenário de produção de conhecimento capaz de atender as necessidades as demandas relacionadas aos problemas inerentes ao corpo social. Uma dessas necessidades presentes na sociedade e que devem ser atendidas pela Universidade pública é a formação humana e profissional dos alunos egressos. Dessa maneira, o presente trabalho tem como mote trazer à baila discussões acerca da importância da extensão universitária na formação dos egressos em alunos da universidade pública brasileira partindo das questões estruturais e gerenciais que envolvem o Ensino Superior nacional. O método de análise utilizado é o bibliográfico, amparado por uma abordagem qualitativa dos dados.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Universidade Pública. Formação profissional

### **ABSTRACT**

University extension is the essential pivot for the articulation between teaching and research in the process of approximation between the university and society, establishing a scenario of knowledge production capable of meeting the needs and demands related to the problems inherent to the social body. One of these needs present in society and which must be met by the University is the human and professional education of the graduating students. Thus, this paper aims to bring up discussions about the importance and impacts of university extension in the graduation of students from the Brazilian public university starting from the structural and managerial issues involving the national higher education. The method of analysis used is the bibliographic, supported by a qualitative approach to data.

**Keywords:** University Extension. Public university. Professional qualification

---

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

2 Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.



## INTRODUÇÃO

A extensão universitária, em sua forma mais ampla, pode ser entendida como uma “prática acadêmica de processo educativo cultural e científico” que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade como um espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo que demandam a superação das desigualdades sociais existentes (ARROYO, 2010, p.23).

Ao longo da história da educação brasileira, principalmente as universidades públicas, o conceito de extensão universitária<sup>3</sup> tem mudado suas diretrizes. Com o avanço dos conceitos, novas diretrizes surgiram apontando diferentes caminhos como o da “função social da Universidade”, que envolve o acadêmico, a sociedade, e a comunidade onde a proposta se insere (FORPROEX, 2012, p. 4-5).

O Plano Nacional de Extensão postula a “Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 5). Assim, considera-se que, a extensão universitária é um dos principais instrumentos para realização do desenvolvimento do compromisso social da universidade, em que o processo educativo, científico e cultural, busca a articulação entre ensino e pesquisa, por meio da produção e aplicação de conhecimentos científicos na vivência e no enfrentamento resolutivo de problemáticas da realidade.

Ao pensar acerca dos impactos na formação profissional desses acadêmicos, é necessário compreender não somente a concepção de extensão universitária, como também a concepção e a identidade da universidade. Assim, entender a extensão universitária exige compreender a universidade à luz da sua função social, de responsabilidade política, no contexto da realidade social em que está inserida.

Nesse sentido, cabe questionar qual a importância e os impactos gerados da extensão universitária aos egressos extensionistas no decorrer da sua formação pessoal profissional? Partindo desse questionamento, o presente trabalho busca tem como objetivo discutir a importância da extensão universitária na formação profissional dos egressos dos programas de Extensão Universitária. Problematisa a participação de estudantes universitários, acadêmicos, que no decorrer da sua formação acadêmica, participaram do desenvolvimento de ações coletivas de atendimento à sociedade.

---

<sup>3</sup> O termo “extensão” surgiu na legislação educacional brasileira em 1931, no primeiro Estatuto as Universidades Brasileiras, referindo-se ao oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional, como “organismo da vida social da Universidade”. Tornou-se obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, apenas em 1968, no texto da Lei nº 5.540/68. Para aprofundamento, Arroyo e Rocha (2010).



O corpo teórico desenvolvido por meio do método bibliográfico, que trata de questões referentes às contradições que envolvem o trabalho desenvolvido pela extensão no ensino superior no Brasil. Tomando de lastro a perspectiva de Arroyo e Rocha (2010) para abordar a atividade da extensão universitária atrelada à própria luz do papel da universidade.

O interesse pela pesquisa surge das experiências adquiridas com as atividades Extensionistas na Universidade Estadual de Montes Claros/MG, no período de 2014-2017; o que inclui o trato dos relatos de acadêmicos egressos do Programa de Extensão SAJ Itinerante, bem como textos que constituem o resultado de uma transcrição da fala para a escrita, a partir dos próprios personagens ligados aos eventos (SILVA, 2012, s/p)<sup>4</sup>.

## **ENFRETAMENTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

Pensar a universidade é um processo complexo, principalmente, quando referimos ao aluno e à formação acadêmica. Para Fazenda (2011, p.15), o conhecimento é constituído a partir dos referenciais de cada sujeito. Uma construção que tem o “velho como ponto de partida para que o novo possa se constituir”. Inserida neste contexto está a extensão universitária, que por sua diversidade conceitual e prática interfere expressivamente no “pensar” e no “fazer” da proposta educacional interna da Universidade que envolve os acadêmicos.

As discussões que têm permeado a educação superior no Brasil colocam em pauta a análise acerca dos problemas que ainda persistem e que indicam a necessidade de compreender, com mais profundidade e clareza, a dinâmica educativa e a sua relação com a sociedade (FAZENDA, 2011).

O desafio histórico referente ao modo de produção e reprodução societal estabelecido mundialmente está claramente manifesto em relação a importantes tópicos de nosso tempo. Os últimos anos, no Brasil, estão marcados pelo crescimento significativo na área da educação superior por pesquisas e estudos que se dedicam a investigar a educação superior e sua relação com a sociedade. Refletindo a preocupação sobre o que a educação superior tem feito de relevante em sua tríade (ensino, pesquisa e extensão) que, de fato, colabore com os problemas advindos da sociedade. Lançando questionamentos como: O que é necessário conhecer para a superação dos conflitos e desigualdades sociais? Como podemos conhecer e de que forma para que possamos formar cidadãos capazes de atuar efetivamente

---

<sup>4</sup> SILVA, Giselda Brito. Ler, Interpretar e Compreender o Texto Histórico: da Fala Para a Escrita, o Aparecimento do Discurso Como Acontecimento. *Cadernos do Tempo Presente*. Edição n. 10 – 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <[www.getempo.org](http://www.getempo.org)> Acesso em 10 abr. 2018.



em uma sociedade tão complexa? Ou seja, investigar quais concepções epistemológicas<sup>5</sup> do educar está presente nas diferentes práticas pedagógicas da educação superior (FAZENDA, 2011).

Sendo assim, as investigações permitem que os pesquisadores e os alunos das diferentes instituições, estados e realidades, dialoguem e realizem a interlocução de diferentes saberes tão necessários à educação, à realidade educacional; pois ao explicitarem saberes, irão revelar a epistemologia do educar e os fundamentos da prática pedagógica nas suas diferentes dimensões.

Pensar, portanto, a identidade institucional e sua missão diante de uma sociedade tão complexa requer pensar de forma a descentrar a nossa atenção dos aspectos técnicos que despertam interesses em desafiantes debates entre educadores, acaba por colocar em “xeque” os modelos de formação vigente em nosso país. Tais modelos implicam a concepção de formação que não atendem aos reclamos e necessidades dos setores produtivos, o que nos remete ao pensamento de que nunca atenderam também ao projeto de formação pessoal e profissional necessário e comprometido com a emancipação dos sujeitos envolvidos (SILVA, 2012).

Dessa forma, convém-nos problematizar e discutir o importante papel da extensão universitária e sua relação econômica, social, cultural que envolve a educação superior pública no Brasil.

Problematizar a realidade do país, suas características e problemas têm feito com que o ensino superior reflita, aprofunde e apresente estratégias na busca de soluções e alternativas aos problemas fundamentais apresentados pela sociedade. Os problemas subjacentes, nesse sentido, não podem ser conceituados em termos sociais genéricos, haja vista que não podem ser abstraídos dos indivíduos sociais particulares, com suas necessidades e motivações qualitativas das condições sócio-históricas predominantes que clamam por soluções apropriadas no mesmo sentido.

A extensão universitária compreendida como um processo educativo, científico e cultural que busca a articulação entre ensino e pesquisa, para a construção de saberes compartilhados entre acadêmicos e a comunidade. Tem-se como consequência a produção de conhecimento, através da reflexão teórica oportunizada pela vivência e enfrentamento resolutivo de problemáticas da realidade social e profissional (SILVA, 2012).

---

<sup>5</sup> A palavra epistemologia tem origem grega *episteme* - ciência, conhecimento; ou *logos* discurso, refere-se ao ramo da filosofia que trata dos problemas filosóficos relacionados à crença e ao conhecimento (JAPIASSU, 1975). É o estudo da natureza e dos fundamentos do conhecimento, particularmente de sua validade, seus limites, suas condições de produção, ou seja, é o estudo crítico dos conhecimentos que embasam por exemplo, a prática do docente no contexto escolar.



As Diretrizes de extensão preconizam que as ações de extensão são desenvolvidas por meio de um conjunto articulado de projetos, ações processuais e específicas, com duração determinada, de caráter educativo, social, cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam servidores, discentes, e a comunidade. Programas, projetos e demais iniciativas têm o propósito de atuar para a comunidade e de também aprender com ela, no exercício contínuo de troca de saberes e de conhecimentos, buscando a aproximação, a parceria e a experiência enriquecedora nesse diálogo com a sociedade e com as demandas advindas dela (FORPROEX, 2012).

A Extensão é nesse sentido, responsável por promover a articulação entre o ensino e a pesquisa e as demandas da sociedade, em um exercício de contribuição mútua. Através da pró-reitoria coordena programas, projetos, eventos, cursos, prestações de serviço e demais atividades de extensão, considerando o compromisso social da universidade (SILVA, 2012).

Observa-se atualmente uma busca incessante por parte da Universidade em sua missão, desenvolver ações comunitárias por meio da compreensão e necessidade de atender às demandas expressas oriundas da sociedade no estabelecimento de um diálogo permanente com a sociedade como um todo. Ainda que essa busca seja considerada insuficiente, traz à tona subsídios aos desconfortados com a proposta de interação, repensem e problematizem as situações, criem possibilidades institucionais sob novas perspectivas e formas de ensino, pesquisa e extensão para a produção de conhecimento e qualificação em seu processo de formação profissional e humana (FORPROEX, 2012).

A Universidade, através do ensino, pesquisa e extensão e representada por seus cursos de formação, ao pensar que tipo de sujeito pretende formar, preconiza, ainda que de forma teórica e pouco contributiva, uma associação teórico-prática com os acadêmicos, docentes e equipe multiprofissional que propicie a troca de experiência entre eles, possibilitando não só a formação técnica e profissional, como também política para a ampliação da sua visão crítica e transformação da sociedade. Nesse ínterim, a vivência nas atividades de ensino e de extensão se dispõe a contribuir efetivamente para a formação de acadêmicos, sujeitos sociais, individuais ou coletivos, transformados e capacitados profissionalmente a atuarem com segurança na sociedade (FORPROEX, 2012).

As experiências extensionistas, demonstram, por sua vez, ampliar a visão e o conhecimento do universitário diante da realidade da comunidade, rompendo as barreiras do conhecimento e proporcionando a busca por estratégias e soluções para o trabalho contínuo, e, para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.



Com a pretensão de se tornarem diferenciadas e de qualidade em suas propostas, essas experiências buscam um olhar diferente e indagador que contribua de alguma forma, para que o trabalho de formação se torne significativo para todos os sujeitos envolvidos, subsidiando a inserção cidadã dos futuros profissionais do mundo do trabalho. Tal olhar, regido também pela ética da solidariedade entre professores e alunos, nos ajuda a revisitar os descaminhos da educação superior gerando consequências inequívocas de um olhar comprometido com a educação e com a superação de conflitos e problemas de décadas na sociedade (FORPROEX, 2012).

Dessa maneira, a formação do profissional, em pleno século XXI, exige da universidade moderna uma proposta para desenvolver saberes que vão além de apenas desenvolver competências necessárias para a inserção do profissional no mercado de trabalho. Diante dessa premissa, são necessárias a integração e a transposição didático-pedagógica dos conteúdos das diferentes áreas de estudo, que vislumbre a formação de um profissional comprometido com a pesquisa, ensino e com a extensão, e que busque o diálogo permanente com a sociedade de forma que desenvolva seu potencial em todos os níveis: pessoal, acadêmico e profissional.

Portanto, deve-se compreender que o Ensino Superior que, no Brasil, durante décadas, esteve marcado predominantemente por informações transmitidas aos acadêmicos, e, atualmente, clama por uma necessidade de atuação na sociedade e revela-se preocupada com a valorização e produção de conhecimentos por sua comunidade acadêmica, em que os fundamentos teóricos elaborados pelo ensino e pesquisa sejam aplicados através das práticas extensionistas em busca da garantia aos acadêmicos, durante a sua formação profissional, sob a perspectiva e a possibilidade de suprir as demandas da sociedade.

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO SUPORTE PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Diante de uma sociedade submetida ao processo de mudanças aceleradas, e apesar de toda racionalidade técnica predominante subjacente a uma determinada concepção de “qualidade educacional”, a universidade é compreendida como uma das principais instituições que possui condições de promover o desenvolvimento e aprimoramento científico, o progresso econômico, a capacidade crítica, a leitura ampla do mundo e a inovação, ou seja, é o ambiente institucional propício para que o acadêmico desenvolva todas as habilidades necessárias para atuar com segurança na sociedade (FAZENDA, 2011).

A preocupação com o egresso é relativamente recente. Tal condição pode ser explicada pelo fato de que, durante muito tempo no Brasil e em outros países, os alunos eram



provenientes de uma camada social pouco diferenciada. Os estudantes universitários podem distribuir-se segundo determinadas variáveis, dentre elas destacamos um importante aspecto a ser considerado na análise e caracterização de quem é o acadêmico universitário hoje. Sob a égide de que o perfil concebido aos estudantes e a relevância de sua atuação no ensino superior, a diversidade tem sido considerada como tema de amplo debate, não só no meio acadêmico quanto em outras instituições sociais, contribuindo para diminuir o preconceito, aprimorar relacionamentos interpessoais e para a prática efetiva da cidadania. (SAVIANI, 2000).

Diferentes pesquisas demonstram como o aprofundamento desse debate tem promovido e trazido benefícios aos estudantes, incrementando o seu pensamento crítico, fomentando o seu engajamento intelectual já que no Brasil, determinantes históricos como a acentuada desigualdade econômica, caracteriza a necessidade de que o trabalho de ensino, pesquisa e extensão dentro das universidades busque a efetividade dos movimentos de luta constantes e do diálogo com a sociedade que tenha a finalidade de determinar, descrever, classificar e valorar aspectos relevantes de inserção e inclusão social. (FORPROEX, 2012).

As discussões que têm permeado as políticas para a Educação Superior, no Brasil, colocam em pauta análises sobre os problemas que ainda persistem e que indicam a urgência da necessidade de compreender a dinâmica econômica, social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o meio social. Isso implica buscarmos a compreensão de nosso objeto através de uma reflexão acerca de elementos que compõem os fundamentos das políticas educacionais, ou seja, buscar as contradições originadas em meio aos interesses que permeiam as políticas públicas que impõem formas ao contexto dos trabalhos desenvolvidos dentro das instituições (FORPROEX, 2012).

Nessa perspectiva, estudar tais processos de formação no ensino superior no Brasil significa remeter o olhar aos elementos que dizem respeito às relações de poder estabelecidas com os novos contornos dados pelo governo federal para a educação superior. O espaço de atuação fica, assim, condicionado às determinações políticas; dessa forma, não possibilita a construção e reconstrução da identidade desses sujeitos.

Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007, p.206) <sup>6</sup>afirmam, em sua análise sobre o processo de redemocratização do País, que “processos de redemocratização a rigor não têm data para começar e terminar”. Ambos consideram que as separações rígidas entre um “antes” e um “depois” são “particularizados pelas condições concretas em

---

<sup>6</sup> Para aprofundamento, ler: CHAÚÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. Lua Nova, São Paulo, 71: 173-228, 2007.



que transcorrem”. Por isso, distinguem, conceitualmente, redemocratização e democratização, ou seja, admitem que:

[...] a recuperação de um status anterior de vida democrática somente se efetiva quando se casa com a abertura de um ciclo superior de construção democrática. A destruição de uma ditadura, a rigor, só se completa quando se consegue dar início à edificação de um regime firmemente comprometido com a democracia, legitimado socialmente e sustentado por uma cultura pública revigorada (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007, p.206-207).

A Lei de Diretrizes Bases da Educação, Lei nº. 9.394/1996, em seu artigo 2º, reafirma o princípio constitucional que garante o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. Associando os artigos que se referem ao direito/dever de participação ao princípio que garante o pluralismo de ideias, podemos considerar que, em termos legais, as demandas extensionistas devem considerar a realidade local, construído no debate entre diferentes segmentos da comunidade e sob a garantia do direito de expressão de diferentes concepções. Para tanto, o campo legal constituído em torno da democratização da gestão das universidades, ainda que idealmente, induz à autonomia e ao trabalho coletivo.

Ball e Mainardes (2011) postulam o quanto às políticas educacionais tem sido compreendido como mercadorias, aproximando-se de uma tendência global da inserção da lógica do mercado no âmbito educacional. O Estado passa, nesse caminho, a incorporar, gradativamente, a lógica e a cultura do novo gerencialismo, identificadas nos princípios mercadológicos de excelência, produtividade, efetividade, qualidade, competitividade, entre outros.

No campo educativo, o discurso da qualidade foi assumindo a fisionomia de uma retórica conservadora funcional e coerente com o feroz ataque que, hoje, sofrem os espaços públicos (democráticos ou com potencialidades democráticas), entre eles: a educação das maiorias (GENTILI; SILVA, 1994).

Para entender a reestruturação do capitalismo e a sua relação com as atividades que envolvem as demandas do ensino superior, é importante considerar a influência da economia globalizada e as implicações no rápido ritmo de mudança do contexto econômico. Com grande rapidez e com bastante frequência, somos forçados a adquirir novas competências, a desenvolver outras habilidades, a mudar rotinas e condutas.

Para Gentili (1996), torna-se possível perceber que as políticas públicas para a educação responderam aos desígnios mercadológicos que imputam à escola o papel de atender aos interesses privados, na perspectiva de uma formação que preparasse o sujeito para



o mercado de trabalho. Nesse caminho, há evidências de uma formação parcial, superficial e esvaziada dos conhecimentos históricos necessários ao processo de emancipação dos sujeitos em formação escolar. Alguns objetivos articulam as reformas educacionais postas em prática pelos governos neoliberais e dão coerência a elas. Há, assim:

- a) Por um lado, a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais [...];
- b) Por outro a necessidade de articular e subordinar a produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho (GENTILI, 1996, p. 24).

Diante das mobilizações, observam-se importantes avanços conquistados, que abrangem a obtenção de marcos legais e de construção de políticas de extensão, como “O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras”, FORPROEX. Esse passou a ser uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. Tal pensamento compreende as políticas públicas do Estado como um elenco de ações estatais, apresentando, como foco, o atendimento da população, em geral. Vale destacar, assim, que esse pensamento tem se validado nos âmbitos políticos e acadêmicos (FORPROEX, 2012).

Por meio de pesquisas e estudos destinados a essa temática e dos sujeitos envolvidos, a inserção do tema “Extensão” na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras acabou reconstruindo a sua relevância na tríade das ações com o ensino e a pesquisa e a articulação desses com os diferentes movimentos sociais e instituições que lutam pela Educação Superior. Por meio dessa mobilização, surge uma proposta da extensão universitária, tendo como princípio fundamental o trabalho, como forma de uma perspectiva de promoção e produção de autonomia dos sujeitos.

A partir dessa concepção, o ensino superior, através de suas atividades de extensão, ressurge como um espaço emancipatório de território fecundo para a construção da democracia, ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito fundamental à educação, mas também pelo direito à educação, à saúde, à redescoberta da consciência a respeito de sua identidade, seus direitos e seu papel na sociedade.



Portanto, esse segmento da sociedade civil que, ao longo da história, até então, havia ignorado a devida preocupação e mobilização, no que diz respeito à resolução dos problemas educacionais, principalmente, no que se refere ao ensino superior, tem se mobilizado em contraposição ao modelo econômico e político predominante na sociedade brasileira de base capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos apontamentos e análises subsidiadas pelos autores apresentados, compreende-se que a extensão universitária na realidade educacional brasileira surge como contrapeso para que as políticas públicas voltadas para a educação não atendessem apenas as aspirações do mercado e ao interesse privado.

Dessa maneira, a extensão universitária se tornou um mecanismo educacional importante no contexto emergente pelo fato promover a aproximação das políticas públicas do Estado com foco no atendimento da população no seu sentido mais amplo, e não somente para a formação da massa trabalhadora, apresentando aos egressos a noção de autonomia.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. Los movimientos sociales y la construcción del derecho a la educación. In: SACRISTAN, J.G. (Org.). **La reforma necesaria:** entre la política educativa y la practica escolar. Madrid Morata, 2010. p. 123-143.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o município e a Escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 2.ed. São Paulo: 2001.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, 1990.
- GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação:** visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A.:** Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.
- LIMA, Paulo Gomes. **Ciência e Epistemologia:** reflexões necessárias à pesquisa educacional. Quaestio, Sorocaba, v.12, p.109-138, nov. 2010.
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. História e História da Educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBER, 1998.



SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.  
Capítulos 1, 2, 3.

SILVA, Giselda Brito. Ler, Interpretar e Compreender o Texto Histórico: da Fala Para a Escrita, o Aparecimento do Discurso Como Acontecimento. **Cadernos do Tempo Presente**. Edição n. 10 – 10 de dezembro de 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 16.reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

**Recebido em: 26/08/2019.**

**Aceito em: 17/09/2019.**

